

SEGREGAÇÃO ESPACIAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS: AÇÃO DOS EFEITOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA NA PERSPECTIVA RACIAL

SPATIAL SEGREGATION AND SOCIAL INEQUALITIES: THE EFFECTS OF CLIMATE CHANGE FROM A RACIAL PERSPECTIVE

CLÁUDIA APARECIDA AVELAR FERREIRA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

RENATA CRISTINA GOMES BATISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

SIMONE COSTA NUNES

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

ARMINDO DOS SANTOS DE SOUSA TEODÓSIO

Comunicação:

O XII SINGEP foi realizado em conjunto com a 12th Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge) e com o Casablanca Climate Leadership Forum (CCLF 2024), em formato híbrido, com sede presencial na ESCA Ecole de Management, no Marrocos.

Agradecimento à orgão de fomento:

Pontifícia University Catholic of Minas Gerais

SEGREGAÇÃO ESPACIAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS: AÇÃO DOS EFEITOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA NA PERSPECTIVA RACIAL

Objetivo do estudo

Discorrer sobre a segregação espacial e as desigualdades sociais no Brasil concomitante com os efeitos da mudança climática, na perspectiva racial.

Relevância/originalidade

A motivação para este estudo é fomentar o debate sobre os efeitos das mudanças climáticas sobre os povos negros em segregação espacial, que normalmente se encontram em desigualdades sociais. Aumento do número de tragédias e o sofrimento da população.

Metodologia/abordagem

A abordagem metodológica estudo adota uma abordagem reflexiva, baseada em uma análise crítica das questões de segregação espacial, desigualdades sociais e o impacto das mudanças climáticas sobre o povo negro.

Principais resultados

Os agentes públicos devem mobilizar ferramentas de inteligência artificial para prevenir os efeitos das mudanças climáticas sobre as populações periféricas. A presença maciça apenas durante e após as tragédias, quando os holofotes estão voltados para o evento, não é suficiente.

Contribuições teóricas/metodológicas

A utilização da Teoria da Representação Social Negra é muito importante quando se trata da representatividade de um grupo oprimido e tem sido pouco aplicada no Brasil.

Contribuições sociais/para a gestão

Os agentes públicos precisam mobilizar as ferramentas da inteligência artificial para prevenção O ativismo como forma de mitigar os prejuízos com políticas sociais e manejo para áreas seguras em definitivo para melhor qualidade de vida dos moradores perto dos locais de trabalho

Palavras-chave: Sustentabilidade, mudança climática, população negra

SPATIAL SEGREGATION AND SOCIAL INEQUALITIES: THE EFFECTS OF CLIMATE CHANGE FROM A RACIAL PERSPECTIVE

Study purpose

Discuss spatial segregation and social inequalities in Brazil concomitant with the effects of climate change, from a racial perspective.

Relevance / originality

The motivation for this study is to encourage debate on the effects of climate change on black people in spatial segregation, who are usually found in social inequalities. Increased number of tragedies and suffering of the population.

Methodology / approach

The methodological approach of the study adopts a reflexive approach, based on a critical analysis of the issues of spatial segregation, social inequalities and the impact of climate change on black people.

Main results

Public officials must mobilize artificial intelligence tools to prevent the effects of climate change on peripheral populations. A massive presence only during and after tragedies, when the spotlight is on the event, is not enough.

Theoretical / methodological contributions

The use of the Theory of Black Social Representation is very important when it comes to the representation of an oppressed group and has been little applied in Brazil.

Social / management contributions

Public agents need to mobilize artificial intelligence tools for prevention Activism as a way to mitigate losses with social policies and management for definitively safe areas for a better quality of life for residents near workplaces.

Keywords: sustentability, climate change, black population

SEGREGAÇÃO ESPACIAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS: AÇÃO DOS EFEITOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA NA PERSPECTIVA RACIAL

1 Introdução

As mudanças climáticas, que são um desafio central do ODS 13- Ação Contra a Mudança Global do Clima vêm impactando a vida de diversas pessoas, principalmente aquelas em situação de desigualdades sociais, como o povo negro. Mesmo com o compromisso com a Agenda 2030, o Brasil pouco avançou em relação às condições dos povos em segregação espacial, como os negros.

A segregação é um fenômeno multidimensional (Massey; Denton, 1988), que se refere à distribuição desigual de indivíduos em um espaço territorial com base em variáveis como gênero, raça e faixa salarial, entre outras. A segregação pode ser analisada sob a perspectiva sociológica, que observa a separação de grupos distintos que não se interagem, ou sob a perspectiva geográfica, que divide o território analiticamente em áreas de contiguidade ou regiões geográficas (Carvalho et al., 2013). Massey (1994, p. 703) define o "espaço" como relações sociais construídas e moldadas dentro das geografias, afirmando que "os espaços são compostos por recursos naturais e humanos que interagem ou restringem as relações sociais para criar espaços sociais únicos".

No contexto brasileiro, a segregação espacial está intimamente ligada à utilização e ao valor da terra urbana, aspectos que são determinados por agentes imobiliários e outros formadores do espaço urbano (Corrêa, 1995; Suriano; Reschilian, 2012). Telles (2003, p. 179) evidencia que os espaços urbanos são predominantemente dominados pela raça branca, resultando na concentração da população negra nas periferias:

A segregação racial tem consequências importantes no desenvolvimento da comunidade afro-brasileira e na sua participação na sociedade brasileira. A segregação geralmente se traduz em desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e de consumo, mercados tendem a se localizar dentro ou perto dos bairros de brancos de classe média (ou da classe trabalhadora), assim como também no acesso a escolas, hospitais e à proteção policial e do corpo de bombeiros. Psicologicamente, a segregação restringe o contato com pessoas de classe média que sirvam de modelo, inibindo ainda mais a mobilidade social, na medida em que as oportunidades de interações inter-raciais e interclasses são reduzidas.

A motivação para este estudo é promover um debate sobre os impactos das mudanças climáticas em populações que vivem em áreas de segregação espacial, que frequentemente enfrentam desigualdades sociais. O aumento das tragédias e o agravamento das consequências para essas populações são atribuídos, em parte, à necropolítica do estado. O objetivo deste estudo é discutir sobre a segregação espacial e desigualdades sociais no Brasil, considerando simultaneamente os efeitos das mudanças climáticas na perspectiva racial. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem reflexiva, baseada em uma análise crítica das questões de segregação espacial, desigualdades sociais e o impacto das mudanças climáticas sobre o povo negro.

A epistemologia teórica adotada foi a da Representação Social Negra, propiciando uma análise crítica sobre a espacialidade negra na sociedade brasileira (Zouhri; Rateaut, 2015). A teoria da representação social negra está atrelada a identidade social grupal e desenvolvida por meio de menções mentais que desenham a identidade social, caracterizando e distinguindo o grupo (Zouhri; Rateaut, 2015). A população negra enfrenta racismo estrutural, institucional e individual (Almeida, 2020), além do racismo ambiental (Carolino; Ferreira; Teodósio, 2023), resultado do legado escravocrata. O racismo sistêmico tem forçado esse grupo social a se

deslocar para áreas periféricas para morar, enquanto se desloca para o centro e regiões mais nobres em busca de oportunidades de trabalho e sobrevivência.

2 O Porquê deste estudo

Cook et al. (2018) mostram que a segregação está fortemente correlacionada com a violência interracial, incluindo linchamentos e crimes violentos como homicídios, que resultam em uma perda desproporcional de vidas entre negros e hispânicos. A segregação, frequentemente imposta à população negra e outros grupos marginalizados, reflete tendências históricas e está enraizada no racismo estrutural dos Estados Unidos. Essa separação não só perpetua as desigualdades, mas também está intimamente ligada à distribuição geográfica da mobilidade financeira, exacerbando a disparidade nas oportunidades econômicas.

Zuccotti (2019) demonstra que na Grã-Bretanha, a concentração espacial de minorias étnicas e sua prevalência ocorrem predominantemente em áreas com alta vulnerabilidade social, limitando as oportunidades de integração social, especialmente para a segunda geração. Panori, Psycharis e Ballas (2019) discutem que, enquanto a diversidade pode levar aos fenômenos de segregação espacial para alguns, para outros ela representa um benefício crucial para o desenvolvimento urbano e o planejamento. No entanto, as políticas de inclusão ainda não avançaram significativamente, pois foram subestimadas dentro da agenda política e urbana da comunidade europeia.

Para Torres, Marques, Ferreira e Bitar (2003, p. 97), o Estado desempenha um papel significativo na "produção da segregação", uma vez que a periferia frequentemente abriga "espaços socialmente homogêneos, negligenciados pelas políticas estatais, e localizados tipicamente nas extremidades das áreas metropolitanas". Esses espaços, muitas vezes caracterizados por loteamentos irregulares ou ilegais e por construções autônomas, resultam na falta de cumprimento das regulamentações municipais. Com o passar dos anos, essa negligência contribui para a persistência da pobreza nas periferias e para a ausência de serviços públicos de qualidade.

Sanches e Machado (2009) argumentam que a segregação espacial resulta da inequidade na produção e reprodução de bens de consumo, gerando danos socioambientais e urbano-paisagísticos. Esse fenômeno está associado ao crescimento populacional nas cidades médias do estado de São Paulo, onde a ocupação ocorre frequentemente em áreas marginais, como encostas de córregos, topos de serras e morros, sempre nas periferias urbanas, e sem a devida infraestrutura. Como consequência, os espaços com menor valor agregado do ponto de vista imobiliário são destinados a grupos de baixa renda, enquanto as áreas mais valorizadas são reservadas para as classes A, B e C. Essa distribuição desigual contribui para um grave problema de segregação espacial, fundamentado em critérios ideológicos e potencialmente exacerbado por conflitos ao longo dos anos.

A segregação espacial é um fenômeno social que gera debate sobre a distribuição e demarcação de terras, envolvendo diversos atores sociais, incluindo a sociedade civil e o Estado. Este último desempenha um papel crucial como interveniente nos programas habitacionais, aplicando instrumentos urbanos com o objetivo de garantir o acesso à moradia. O Estado busca assegurar que os cidadãos possam adquirir terrenos a baixo custo e com infraestrutura social básica, conforme discutido por Suriano e Reschilian (2012).

Carvalho (2020), corroborando Carvalho e Pereira (2015) e Silva, Lima e Sousa Júnior et al. (2016), aponta que a segregação socioespacial frequentemente deixa ranhuras nas pessoas afetadas, resultando em vulnerabilidade econômica, falta de infraestrutura e instrumentos urbanos inadequados, além de riscos ambientais elevados. Nos Estados Unidos, a segregação espacial está diretamente relacionada à segregação racial, gerando um movimento emergente em busca de educação igualitária e justiça racial. As atuais geografias de contenção, exclusão e

incorporação racial têm impulsionado a criação de movimentos educacionais antirracistas e antineoliberais, com a luta por fechamento de escolas racistas e a criação de instituições educacionais equitativas em bairros majoritariamente negros e outros grupos de cor, visando evitar o deslocamento e a expropriação (Lipman, 2018).

No Brasil, Souza Filho et al. (2023) revelam que a segregação racial é particularmente prevalente nas regiões Sul e Sudeste, afetando a população negra. Essa segregação é fortemente condicionada pela baixa renda per capita dos indivíduos pobres, refletindo as desigualdades socioeconômica predominante no país.

Ponderações

A Constituição Brasileira de 1988 garante a igualdade de todos os cidadãos, mas a realidade demonstra que a branquitude assegura privilégios, enquanto grupos discriminados ficam com o que sobra e enfrentam o julgamento de indivíduos que frequentemente desconhecem a história do país. Esse cenário se agrava quando as vozes dos excluídos incomodam o *status quo* dos que não enfrentam exclusão.

As mudanças climáticas estão ocorrendo com crescente frequência e intensidade, frequentemente afetando as mesmas áreas que já enfrentaram problemas anteriormente. Apesar das declarações de estado de calamidade pública, as medidas adotadas pelos governos tendem a ser paliativas e não resolvem as irregularidades estruturais. Esses impactos não afetam apenas a saúde física das pessoas, que perdem entes queridos, memórias e bens materiais, mas também comprometem gravemente a saúde mental dos indivíduos afetados.

Os agentes públicos devem mobilizar ferramentas de inteligência artificial para prevenir os efeitos das mudanças climáticas sobre as populações periféricas. A presença maciça apenas durante e após as tragédias, quando os holofotes estão voltados para o evento, não é suficiente. Isso levanta uma questão crucial: será que a sustentabilidade futura é destinada a todos ou apenas a alguns?

O ativismo social, especialmente por meio do movimento negro, deve destacar essa agenda na pauta política para mitigar os danos causados por políticas sociais inadequadas e para assegurar áreas seguras que promovam uma melhor qualidade de vida para os moradores negros. A população negra frequentemente enfrenta o racismo ambiental, resultando na negligência de direitos humanos básicos, como acesso a saneamento adequado, coleta de lixo regular e vias pavimentadas. Essas condições de desigualdade social e a falta de infraestrutura básica contribuem para uma série de problemas, incluindo o aumento de doenças, a mortalidade materna e infantil, a redução da segurança alimentar e o agravamento da insegurança, colocando a maioria da população em risco.

O aparato governamental precisa reavaliar os índices de segregação espacial para melhorar a gestão do espaço urbano. Imóveis desocupados nos centros das cidades, que frequentemente se deterioram, poderiam ser utilizados para realocar pessoas das periferias. Isso permitiria uma abordagem mais eficaz na mitigação e prevenção dos efeitos das mudanças climáticas, ajudando a salvar vidas e reduzir o adoecimento. Observa-se que a população negra, predominantemente residente nas periferias, está mais exposta aos impactos severos das mudanças climáticas. A reflexão crítica sobre a condição de vida da população negra levanta a questão: até quando os agentes de poder continuarão a se mobilizar apenas durante as tragédias, em vez de adotar medidas preventivas para evitar essas catástrofes?

O povo negro busca justiça racial e educação antirracista, pois as escolas nas periferias brasileiras frequentemente atendem apenas ao Programa Nacional de Alfabetização, garantindo que os estudantes adquiram habilidades básicas de leitura e escrita e melhorando o índice de alfabetização. Embora isso contribua para o cumprimento de um dos objetivos da Agenda 2030, a deficiência na interpretação e argumentação dos alunos perpetua um ciclo de desigualdades

sociais. Este ciclo é exacerbado também pelas diversas formas de violências que esse grupo enfrenta, evidenciando a necessidade de uma abordagem educacional mais abrangente e equitativa.

Referências

- Almeida, S. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais, 2020.
- Carolino, A.C.; Ferreira, C.A.A.; Teodósio, A.S.S. Entre o racismo ambiental, a pobreza e a resistência. *Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, v. 17, n. 2, p. 115 – 132, ago./2023
- Carvalho, I.M.M.; Pereira, G.C. Segregação socioespacial e desigualdades em Salvador. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, [S.l.], n. 235, p. 5-22, dez. 2015.
- Carvalho, A.X.Y.; Laureto, C.R.; Pena, M.G.; Albuquerque, P.H.M.; Rodrigues Junior, W. Um estudo das metodologias e funcionalidades dos índices de segregação. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 30, n. 2, p. 567-594, jul./dez. 2013.
- Carvalho, I.M.M. Segregação, vulnerabilidade e desigualdades sociais e urbanas. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, v.20, n.2, p. 270-286, 2020.
- Cook, L.D.; Logan, T.D.; Parman, J.M. Rural segregation and racial violence: historical effects of spatial racism. *American Journal of Economics and Sociology*, v.77, n. 3-4, p. 821-847, May/September 2018.
- Corrêa, R.L. *O espaço urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1995.
- Lipman, P. Segregation, the "Black Spatial Imagination" and radical social Transformation. *Democracy and Education*, v. 26, n. 2, p. 1-8, 2018.
- Massey, D.S.; Denton, N. A. The dimensions of residential segregation. *Social Forces*, n. 67, p. 281- 315, 1988.
- Massey, D.B. *Space, Place, and Gender*. Cambridge: Polity, 1994.
- Organizações das Nações Unidas (ONU). *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima*. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/climate-action/>. Acesso em 12 ago 2024.
- Panori, A.; Psycharis, Y.; Ballas, D. Spatial segregation and migration in the city of Athens: Investigating the evolution of urban socio - spatial immigrant Structures. *Popul Space Place*, v.25, p. 1-13, 2019.
- Sanches; F.; Machado, L.R.M. Segregação espacial e impactos socioambientais: possíveis manifestações da degradação em novas paisagens urbanas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v. 5, n. 3, p. 29-46, set./dez. 2009.
- Silva, M. M.N.; Sousa Junior, A.M.; Lima, D.F.; Carvalho, C.C.A. Segregação socioespacial: os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano. *Revista Monografias Ambientais – REMOA*, v. 15, n.1, p.256-263, jan. /abr. 2016.
- Sousa Filho, J. F. et al. Racial and economic segregation in Brazil: a nationwide analysis of socioeconomic and socio-spatial inequalities. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 40, p. 1-24, 2023.
- Suriano, A.L.C.; Reschilian, P.R. Urbanização, habitação e segregação socioespacial. *Revista Univap*, v. 18, n. 32, p.190-203, dez. 2012.
- Telles, E.E. *Racismo à brasileira: uma perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- Torres, H.G.; Marques, E.; Ferreira, M.P.; Bitar, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.
- Zouhri, B.; Rateau, P. Social representation, and social identity in the black sheep effect. *European Journal of Social Psychology*, v.45, p.669-677, July 2015.
- Zuccotti, C.V. Ethnicity and neighbourhood attainment in England and Wales: a study of second generations' spatial integration. *Popul Space Place*, v.25, p. 1-19, 2019.